ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 24 DE SETEMBRO DE 2010

----- No dia vinte e quatro do mês de Junho do ano de dois mil e dez reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia, Mário Fonseca e secretariada por Mário Sérgio Cunha e Maria de Lurdes Castro com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1- Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 - Aprovação do Regulamento Municipal de Funcionamento das Feiras; -----

----- 4 - Terceira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da Despesa; -----

----- 5 - Nomeação do Conselho Municipal de Educação; -----

----- 6 - Reestruturação dos Serviços Municipais – Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica e de Estrutura Nuclear; -----

----- 7 - Fixação de Taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

----- 8 - Locação financeira para aquisição de 6 autocarros para transportes escolares – Autorização para a sua contratação e repartição de encargos orçamentais em mais de um ano económico; -----

----- 9 - Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIM-TS; -----

----- 10 - Documentos Previsionais do ano de 2010 da CIM-TS.-----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira, João Carlos Pinto Correia, Manuel Campos de Sousa Neto, Alberto Oliveira, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Correia Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro, Ana Margarida Morais da Silva Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, José Augusto Campos Barros, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais, presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Francisco Manuel de Moura Mendes presidente da Junta Freguesia Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente

da Junta de Freguesia de Boim, António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles cabeça da lista mais votada na Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Amâncio Augusto Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Moisés Dias Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia de Ordem, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Hugo Miguel Afonso Pereira representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Joaquim Queirós, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e Mário Fonseca, num total de quarenta e três membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores Leonel Vieira, Pedro Machado, Cristina Moreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. -----

----- O Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O senhor presidente da Assembleia começou por dar conhecimento da alteração na composição da Mesa. Esclareceu que na última sessão, nas informações do início da sessão, foi referido que o Sr. Presidente da Junta de Nespereira seria representado pelo seu representante legal, porém este faltou, e da análise da lei resultou que a falta foi marcada ao presidente da Junta. Informou ainda que o senhor Francisco Manuel de Moura Mendes substituiu o Sr. Fernando Jorge, presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estêvão que faleceu, que o membro Jorge Neto regressou antecipadamente do seu pedido de suspensão, que o senhor Joaquim da Silva Cardoso substituiu o membro Ana Raquel que comunicou uma ausência por 14 dias, o senhor José Augusto Barros estava em substituição do membro Branca Cecília que comunicou uma ausência de 30 dias e que Virgínia Luzia dos Santos Monteiro substituíu o membro Vanda Bragança que comunicou uma ausência por 30 dias, que Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituíu o membro Simão Ribeiro que comunicou a ausência por 30 dias, que Manuel Campos de Sousa Neto substituíu o membro Maria Emília Chamusca que comunicou uma ausência por 30 dias,

que Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substituíra o membro José Gonçalves que comunicou a ausência por 30 dias, que o presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Adrião Paulo Sousa Mendes estaria representado pelo seu representante legal Hugo Miguel Afonso Pereira. Informou ainda que por força da alteração da lei, deixa de ser necessário o representante da Assembleia para a Comissão Municipal que concede autorizações ou modificações nos termos da alínea b) do nº 4 do art.º 7º da Lei nº 12 de 30 de Março de 2004, que era o senhor Alberto Oliveira. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal informou que apresentaram justificação de falta à sessão ordinária de vinte e cinco de Junho de dois mil e dez, os seguintes membros: Dora Manuela Correia da Rocha, João Edgar Ferreira Avelino, presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida e Manuel Joaquim Mota e Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Casais. -----

----- De seguida foi posta à discussão e votação a acta da sessão ordinária de vinte e cinco de Junho de dois mil e dez, que foi aprovada por unanimidade de quarenta e três votos. -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e nove minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente da Câmara, membros desta Assembleia, público, comunicação social: em consideração a algumas posições dos eleitos democraticamente pelo povo, seja nas autarquias a nível nacional ou europeu, é dever defender as pretensões das populações que representam mas também nunca descurando a de todos os cidadãos sem excepção. Não deve haver por aí situações que não tenham um ponto de vistas objectivo concreto que não seja a defesa de alguns que tenha a haver só com parte ou com o todo, menos impopular não será generalizando-a, muito pelo contrário, como seja, o portajar das SCUT's, a sua universalidade ou em parte. A luta do colectivo da CDU continua contra o portajar de todas as SCUT's sem excepção por todo o país. A CDU-Lousada lamenta que as propostas apresentadas pelo nosso camarada Honório Novo, deputado eleito pelo distrito do Porto para a Assembleia da Republica, e estas propostas para o concelho de Lousada serem chumbadas pelo partido do

Governo e o PSD e CDS não tenham votado a favor. As propostas seriam as seguintes: criação de um museu arqueológico, extensão de centros de saúde em Nespereira e em Covas e a criação de um centro de dia em Meinedo. A CDU-Lousada lamenta o facto de vários funcionários das escolas do nosso concelho estejam a trabalhar sem contrato, e mais ainda, sem que lhe seja paga a remuneração. A CDU considera ilegal e inconstitucional tal situação. Questionava o senhor presidente da Câmara sobre o seguinte: se existe algum projecto por parte do executivo na recuperação dos moinhos do Rio Mesio? Segundo, se está prevista a colocação de semáforos sonoros para a mobilidade dos invisuais, acoplados aos semáforos luminosos nas passadeiras das artérias do centro da vila em que os mesmos se justifique? Por último, a CDU-Lousada propunha a instalação de semáforo luminoso junto ao quartel dos bombeiros para uma melhor e mais segura saída das viaturas de socorro.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e um minutos quando deu entrada na Assembleia os seguintes membros: Manuel Joaquim Mota, presidente da Junta de Freguesia de Casais e António Filipe Barbosa. -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor presidente de Câmara, senhores vereadores, excelentíssimos deputados municipais, excelentíssimo público, elementos da comunicação social. Antes de mais e porque a minha intervenção visa novamente a protecção civil numa nova abordagem, queria referir que face a uma entrevista que eu hoje li, a minha intervenção não é consequência de qualquer “espírito santo de orelha”. Queria começar, fundamentalmente, por prestar a mais sentida e justa homenagem a todos os bombeiros que levaram ao máximo a missão de servir, sacrificando a sua vida na defesa da vida de terceiros e na defesa dos seus bens. Isto em contraste com certas pessoas, certas entidades, certas personalidades para quem o servir tem uma posição invertida, é servirem-se. Quero dizer, para que não haja más interpretações que o exposto refere-se a todos actuais ou ex-governantes, ninguém podendo ser excluído de maior ou menor responsabilidade. Há situações e procedimentos nacionais com projecção e consequências locais. Dificilmente o inverso se verifica. Eu queria rapidamente focar aqui três ou quatro situações. Ao fim de três dias de lavrar de um enorme incêndio, apareceu uma entidade governamental dizendo que tudo estava bem, a coordenação não falhava, os meios não falhavam, o planeamento não falhava, e até as leis para os criminosos eram adequadas. Eu pergunto, se os criminosos são os incendiários, que classificação, teremos de dar às pessoas que fazem as leis e as que depois as aprovam? Ponho-me a pensar comigo próprio, talvez

algumas leis sejam auto-defesa de certas personalidades, que vindo cá para fora, poderão ter o benefício das mesmas. Por duas entidades distintas foi indicada como área ardida, uma vez cem mil hectares, horas antes setenta mil, num país que está habituado á mentira, já não sei qual será a verdade. Certo é que houve um aumento de área ardida de cinquenta e oito por cento, esta é que é a realidade. Tivemos conhecimento através de dados oficiais de que Portugal recebeu uma verba de sessenta milhões de euros para reflorestação. Segundo a mesma entidade tudo foi gasto em organismos e estudos. Cada um que tire as suas conclusões. Parece que ainda há muita gente que precisa de lugares oferecidos pelo poder central. Perante tudo isto, recuso-me a ser tratado como atrasado mental, talvez alguns destes responsáveis o sejam, eu não sou. Verifica-se nos meios, helicópteros, aviões, e pergunto: onde estão em quantidades visíveis os célebres “canarinhos”? Talvez estejam na gaiola do poder. É a única explicação que eu encontro. Porque razão não é solicitada uma colaboração mais frequente das forças armadas? Devo dizer que há muitos anos quando comandava uma unidade dos Açores defendi este princípio. A relutância em utilizar com mais frequência e intensidade as forças armadas dá-me a entender que não é visto com muitos bons olhos as forças armadas na rua. As pessoas não se preocupem. Para certos factores, para certos aspectos, para certos departamentos seria preciso muito mais que o 25 de Abril. E como o mês de Abril não tem cinquenta dias, não estejam preocupados que não há nenhum cinquenta de Abril. A nível local, gostava de saber o que foi feito depois da minha intervenção. Número de notificações feitas aos proprietários pela não limpeza dos terrenos? Coimas apresentadas? Casos em que a Câmara se substituiu aos proprietários? Gostava que me dessem dados concretos sobre isto, logo que possível. Chamo à atenção de que os bombeiros têm um carro calcinado e precisam urgentemente de um carro de desencarceramento. Sei perfeitamente que nem tudo depende da Câmara, de maneira nenhuma, mas tudo que se possa fazer a favor dos bombeiros, pressões de qualquer natureza, tudo, os bombeiros merecem. Além da nossa segurança, qualquer um de nós pode ser amanhã vítima da falta de meios. E depois, ai meu Deus! A área ardida foi maior que a do ano passado, verificaram-se até esta data duzentos fogos. São números que merecem ser avaliados, considerados, isto não implica qualquer espécie de crítica a quem quer que seja, são elementos para serem objecto de reflexão, porque todos nós devemos ser interessados e defensores da existência de meios adequados. E repito o que disse da outra vez, a melhor maneira de combater e colaborar com a protecção civil, é o planeamento, é a antecipação e a previsão. Muito dinheiro se poupa se estes princípios forem defendidos. A média de emergências por dia dos bombeiros em dois mil e nove foi de dezasseis, isto dá uma ideia para os menos atentos, daquilo a que os bombeiros têm de responder. Não existem equipas de intervenção

permanente, compreendo que a Câmara tenha dificuldades financeiras, mais uma vez não é qualquer espécie de crítica, é uma constatação é uma chamada de atenção. Aliás como foi a outra minha intervenção, parece ter sido bem aceite e devidamente interpretada, dado que os que me conhecem sabem que quando eu tiver que cortar a direito, corto, doo a quem doer. Há uma situação potencialmente perigosa, é o túnel ferroviário de Caíde. É o segundo da Europa em extensão. Sei que não é á Câmara que compete tomar medidas mas é á Câmara que compete pressionar para que os estudos feitos não passem, como é normal em Portugal, de simples estudos. Ao fim de algum tempo vão para o caixote do lixo. Aliás, deve ser o país que mais caixotes de lixo tem de medidas planeadas e estudadas. Queria dizer que na minha óptica, estou convencido de que haverá unanimidade total, todo o apoio aos bombeiros é justo e é imperativo. Julgo que nisto estaremos todos de acordo. Para terminar, eu tive o gosto de dar uma vista de olhos, embora apressada, à entrevista que o senhor Dr. Pedro fez ao jornal, é lógico que pouca coisa tenho a opor, dado que em muito coincide com a minha intervenção, o resto é uma transcrição dos regulamentos, mas é bom para alertar, não aqui, mas a população, concordo plenamente. Simplesmente, há duas ou três passagens que eu gostava de ser esclarecido, se possível. Quando diz que há planeamento ou combate, etc, diz que esta situação não se verificou no nosso concelho, acredito perfeitamente. Infelizmente não aconteceu noutros concelhos. Faz referência a que não seja necessário haver um comandante operacional municipal, tem aqui assim as funções, e que foi delegado, e que o senhor vereador tem a função da protecção civil. Eu sem querer colocar minimamente em causa a pessoa do senhor vereador, gostava de ser informado, a nível da protecção civil quais são as qualificações técnicas, os conhecimentos técnicos do senhor Dr? É feita aqui referência à valiosa colaboração que as Juntas podem dar na protecção civil, é esse o meu entendimento, é isso que prevê a legislação. Simplesmente queria frisar que duvido muito que todas as freguesias estejam a cumprir com a sua missão, e posso dizer-lhe que com grande espanto meu, na freguesia em que vivo, quando contactei o senhor presidente da Junta, foi-me dito que a Junta não tem a ver com esta situação. É um alerta que faço.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Virgínia Luzia Monteiro. -----

----- Intervenção do Sr. Rui Magalhães do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Assembleia e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores presentes, comunicação social respeitável público. Senhor deputado Xavier, na sequência da intervenção de vossa excelência em que referiu que os

funcionários estariam a trabalhar sem vencimento. Na sequência da sua intervenção quero expressar a minha compreensão pelas suas preocupações que foram manifestadas até pelo seu grupo parlamentar na comunicação social. Em relação a esse assunto apraz-me registar o seguinte: para que não haja dúvidas em relação ao que se passou com esses ditos funcionários. A Lei 59/2008 de 1 de Setembro que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Função Pública, impede o prolongamento dos contratos a tempo determinado ou determinável para além do período de duração, a menos que, haja poder favorável dos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública, nos termos previstos no número 6 do art.º 6 da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro. E quanto à duração do contrato, esse mesmo diploma, consagra que o contrato a tempo certo dura pelo período acordado não podendo exceder três anos, incluindo as renovações, nem ser renovado mais que duas vezes, sem prejuízo do disposto em lei especial. Nesta situação o que aconteceu foi que para os contratados que terminavam a trinta e um de Agosto de dois mil e dez, e eram apenas seis e não cinquenta e um, e que, não podiam ser alvo de renovação, o que este executivo fez, e bem, foi remeter os processo para o Instituto do Emprego e Formação Profissional e aguardar que o procedimento concursal que estava em curso terminasse, para que pudesse haver a readmissão desses funcionários. Os que terminavam a seis e outros a dezassete, aguardavam a publicação dos resultados daquele procedimento que foi iniciado atempadamente, como dizia há pouco. Tendo a perfeita noção de que este atraso na colocação poderia comprometer o início das actividades lectivas a treze de Setembro, caso a publicação das listas não fosse feita até essa data. Este executivo contactou o pessoal e apresentou-lhe a situação. Questionados sobre a sua disponibilidade em assegurar os serviços nas escolas para salvaguardar o arranque do ano lectivo sem percalços em regime de voluntariado, no sentido de responder às necessidades do nosso concelho, o que foi conseguido através da compreensão e apresentação daquele pessoal nos respectivos estabelecimentos de ensino. Isto não aconteceu só aqui. A título de exemplo no agrupamento de escolas onde eu exerço funções, sobre este mesmo assunto tivemos de contar com a ajuda de alguns pais que asseguraram por dois dias o serviço de assistência operacional, até que a colocação fosse feita. Devo ainda acrescentar sobre esta matéria que, em todos os municípios onde houve a transferência de competências do Ministério da Educação para as Câmaras Municipais este problema surgiu e as soluções encontradas foram muito similares a estas sobre pena de incorrer em ilegalidade. Pois o Despacho 657/2010 de 6 Agosto, é aplicável apenas às escolas sob tutela do Ministério de Educação e que não eram alvo de transferência de competências para a autarquia. É pois evidente que neste caso, penso que não terá sido só o Partido Comunista mas a dúvida

persiste. O que vocês pretendiam neste caso agitando as águas foi beliscar o exemplar comportamento que teve este executivo ao nível da educação e no investimento que nela tem sido feito ao longo destes anos. O pretendiam é que isto se transformasse num espaço de agitação social, resultante de perturbações familiares, produzidas pela não abertura das nossas escolas no dia determinado superiormente pelo despacho do calendário escolar. Este objectivo, penso eu, que não foi conseguido. Esta atitude, reforço, foi feita para assegurar o normal arranque do ano lectivo.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Jorge Manuel Neto -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimos vereadores, excelentíssimos deputados municipais, senhores da comunicação social, excelentíssimo público. Antes de mais gostaria de dar as boas vindas ao Dr. Jorge Neto. Concluído que está, quase, um ano do novo mandato liderado pelo executivo socialista no nosso concelho, existem muitas conclusões a retirar. A conjuntura sócio-económica do país e do mundo, não é a mais favorável e isso reflecte-se em todos nós. Com o esforço de todos, e referindo-me em particular à Câmara Municipal de Lousada, estas dificuldades são enfrentadas diariamente. No entanto é notório o bom trabalho desenvolvido no sentido de tornarmos o nosso concelho mais próspero, justo e evoluído. As dificuldades surgem de todos os quadrantes, e só com uma equipa experiente e responsável é possível guiar os destinos dos lousadenses de forma exemplar. Nesta medida, a aposta clara na educação é uma realidade. Novas escolas substituíram outras que entretanto foram encerradas. As novas instalações dão maior comodidade às crianças, professores e promovem um ensino de maior qualidade e exigência. A aposta tem sido forte e vincada. A taxa de abandono escolar cifrada nos zero virgula zero sete por cento, uma taxa inferior à proposta pela senhora Ministra para o ano de dois mil e quinze, é sem dúvida um marco histórico para Lousada e uma vitória retumbante para o executivo socialista que merece reconhecimento nacional. Desse modo não percebemos certas críticas que surgem amiúde nos jornais face à actuação da Câmara Municipal nesta área, bem como na área do apoio social e turismo. Referirem que existem determinados gabinetes que não mostram trabalho, é um insulto para nós e para os trabalhadores desta casa que dão o melhor de si diariamente e que provam a pertinência e produtividade das iniciativas promovidas, tendo como finalidade a promoção dos produtos, empregos e empresas locais. Esta atitude de ataque mascarado a todos aqueles que fazem com que Lousada seja um exemplo nestas áreas é já recorrente e de

uma injustiça extrema. Sugestiono que daqui para a frente as pessoas tentem informar-se junto das pessoas responsáveis antes de criticar o que quer que seja. Esta Assembleia serve para isso mesmo. Ainda em relação à educação, esta semana surgiu uma notícia no Jornal de Notícias que dava conta da escolha da EB 2/3 de Nevogilde como uma das duas escolas que irá representar Portugal no Plano Mundial de Escolas Inovadoras, programa esse promovido pela empresa Microsoft. Este é sem dúvida um feito notável e que nos deve dar mais força para o futuro, sempre com o empenho da autarquia, professores, alunos e outras entidades envolvidas. Deste modo, e para terminar este ponto, se existe algo que não podemos deixar de valorizar é a batalha que tem sido feita pela Câmara Municipal de Lousada na educação e na acção social mediante a actual situação da sociedade portuguesa. Por outro lado, e referindo-me ainda às dificuldades sentidas, é pena sentirmos que muitas destas são criadas de forma inexplicável pela própria oposição em relação a temas que deveriam ter uma resposta inequívoca e única por parte de todos nós. Como é sabido, o actual executivo autárquico bem como todas as estruturas do PS Lousada são peremptoriamente contra a introdução de portagens na SCUT que abrange o nosso concelho. Também é do conhecimento de todos que este era um importante ponto de concordância com a oposição, porque todos tínhamos, e repito, tínhamos uma visão comum em relação a este ponto de extrema importância para o povo de Lousada. O que é certo, é que após inúmeras discussões, inúmeras Assembleias em que este assunto foi discutido, e mais grave ainda, após inúmeras Moções de Protesto apresentadas tanto pelo Partido Socialista como pelos restantes partidos da oposição, moções essa votadas de forma maciça numa única direcção, dá-se um “volte-face” na actuação e postura da oposição nomeadamente por parte dos elementos da Coligação “Lousada Viva”. O que se passou na última Assembleia Intermunicipal da Comunidade Sousa e Tâmega foi um completo escândalo para a nossa população. A abstenção protagonizada pelos elementos do PSD Lousada na introdução de Portagens na SCUT A41/A42 deveu-se única e exclusivamente à tomada de posição do líder do seu partido, Pedro Passos Coelho, que se revelou completamente favorável à introdução de portagens nas SCUT. Deste modo, originou-se por parte destes elementos um clima de discordância numa matéria muito sensível e importante para o nosso concelho e região. Quem nos garante que a falta de unanimidade na votação da Moção de Protesto da Assembleia Intermunicipal não foi o despoletar para uma situação de aceleração do processo de introdução de pagamento de portagens na A41/A42. Reparámos que todo o trabalho que havia sido feito em conjunto foi por “água abaixo”. O PS Lousada e o actual executivo socialista tiveram a coragem de ir contra as pretensões e posições do governo e do seu próprio partido, algo que não poderá ser imputado ao PSD Lousada. A postura

demonstrada pelos elementos do PSD Lousada revelou submissão ideológica e partidária mesmo que para isso se vá contra os interesses de quem os elegeu como representantes, os lousadenses. A subserviência para com o poder central partidário foi um acto inexplicável que nos deixa estupefactos. Posto isto, os lousadenses têm a certeza que o PSD Lousada não tem a coragem de fazer frente aos desígnios do seu aparelho partidário, deixando Lousada e os lousadenses para segundo ou terceiro plano. Esta é a realidade triste e notória. Concluimos assim que, na defesa dos interessados de Lousada não poderemos contar com a Coligação “Lousada Viva”. Basta Passos Coelho tomar uma posição contrária e os lousadenses são desde logo esquecidos.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, excelentíssimo público e comunicação social. Um pedido de desculpa por causa de uma intervenção que efectuei na última Assembleia. Nela, usando da palavra a seguir à senhora deputada Vanda Bragança que referiu, cito: “... o executivo das Juntas abdicou das remunerações a que tem direito, ou seja, trabalham graciosamente a favor da comunidade...”. Como meteu tudo no mesmo saco e eu tenha a certeza que os executivos das Juntas eleitos nas listas do Partido Socialista recebem as remunerações a que têm direito, fiz este gesto, dizendo: “ deste lado não”, incluindo o senhor presidente da Junta de Nevogilde, a quem peço imensa desculpa. Já o fiz pessoalmente, mas entendi que o devia fazer neste local.” -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação à questão que levantou a CDU, projecto de recuperação dos Moinhos do Rio Mesio. Há algumas abordagens nomeadamente da Junta de freguesia de Casais, aliás já fez, creio uma recuperação. E há de facto uma intenção que tem muito a ver com este quadro estratégico, o QREN, no sentido de eventualmente poder potenciar os nossos rios. Mas isto como tudo na vida tem que ter aqui um suporte financeiro que até hoje aqui na região não foi garantido e que esperemos se houver capacidade económica de todos nós, possamos de algum modo corroborar e potenciar essa possibilidade. Em relação à questão dos semáforos junto dos bombeiros. É uma possibilidade para entrada e saída. Nós de facto poderemos equacionar essa possibilidade nunca foi abordada de todo. Em relação à intervenção do capitão Campos de Barros. Em relação à protecção civil em particular, direi que as situações que foi equacionando, são pertinentes. Em relação às situações que referiu nos casos em que foram levantados processo de contra-ordenação no CEF e eventualmente em relação a cidadãos nossos que foram objecto desses autos de contra-ordenação por estarem a fazer queimadas. Eu direi que

grosso modo, a postura da Câmara nestes processos tem sido esta: normalmente, são situações de gente muito humilde que nunca teve qualquer propósito de se furtar ao cumprimento da lei. Depois de ouvidos pelos nossos juristas a conclusão a que chegamos, até por serem situações de desconhecimento da própria lei e porque a esmagadora maioria nunca teve uma situação destas, aplicamos normalmente a admoestação, é aquilo que a prudência nos manda. E normalmente esta atitude pedagógica tem efeitos. No que se passa com os nossos bombeiros voluntários, eu julgo que tem a percepção exacta disso, que em relação à circunstância deles serem voluntários, têm merecido desde sempre, nomeadamente, do executivo municipal e de todos nós uma particular atenção. Quer a sociedade civil quer a Câmara têm-no feito abundantemente. Em relação às duas questões que pôs, nomeadamente ao carro que no ano passado foi objecto daquele incêndio que o destruiu por completo, das diligências que eu próprio fiz há a possibilidade que o carro que irá eventualmente ser entregue pela estrutura governamental seja um carro mais polivalente do que aquele que estava anteriormente afecto à corporação. Estamos em crer que a situação está muito bem encaminhada para a sua resolução a contento do próprio corpo de bombeiros. Em relação ao carro de desencarceramento, existe também uma forte possibilidade de a curto-médio prazo a situação ficar resolvida, também com uma participação governamental adequada para o efeito. As equipas de intervenção permanente. Nós temos algumas abordagens e protocolos com a corporação local de bombeiros para efectivamente ultrapassar estas nuances. E em consequência disso tem sido, grosso modo, conseguidos os propósitos, porque como há pouco referi os nossos bombeiros são essencialmente bombeiros voluntários. Estive há dias a conversar com um dos mais conhecidos responsáveis dos bombeiros aqui da região o comandante Campos dos Bombeiros Voluntários da Lixa, discorda deste tipo de equipas personalizadas, porque como compreende normalmente este tipo de pessoas têm de ter uma remuneração, os bombeiros voluntários sempre foram bombeiros voluntários na verdadeira acepção da palavra. Se começarmos por aqui a propiciar a uns que recebam dinheiro e outros não recebam, provavelmente, é o passo mais seguro para que os bombeiros voluntários desapareçam. Portanto os bombeiros de Lousada e creio que todas as corporações aqui da região de facto não têm ido por aí. No momento as circunstâncias são difíceis e também tem havido da parte deles grande operacionalidade na resolução deste problema. A questão do túnel ferroviário de Caíde. Eu lembro que em anteriores executivos a Câmara repetidamente quer junto da REFER, quer junto das entidades a nível nacional, salientou e alertou para a possibilidade real de haver problemas sérios no túnel. Recordo que há meia dúzia de anos foi feito um simulacro, promovido por nós, em que procuramos testar o problema e estava previsto, e julgo que estará, no projecto de requalificação

da rede ferroviária de Caíde para diante a possibilidade do alargamento e a devida intervenção neste espaço. Em relação às outras questões que foram postas ao senhor vereador passava-lhe a palavra. Eu de facto não estou em condições de responder por ele.» -----

----- Resposta do Sr. Vereador Pedro Machado: «Relativamente ao comandante operacional municipal, é essa a minha opinião, eu julgo que é pertinente a sua existência em concelhos que tenham mais de uma corporação, porque como pode ver na lei todas as competências para o comandante operacional municipal podem ser exercidas através de outros órgãos, nomeadamente dos serviços técnicos de protecção civil que as Câmaras têm e da comissão municipal de protecção civil. Portanto a única vantagem que a meu ver existe na existência do comandante operacional é de facto quando existe mais de uma corporação de bombeiros, em que aí sim, é necessário que se articule o modo de agir de todas essas cooperações. Não digo que no futuro não possa ser equacionada essa hipótese mas neste momento e também por uma questão de contenção de custos não é adequado pensarmos nisso.» -----

----- De seguida foram postas à discussão e votação as seguintes propostas apresentadas: -----

----- A proposta número sete do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do membro Fernando Jorge dos Santos Martins, presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estêvão”-----

----- Eram vinte e duas horas e catorze minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Joaquim José Bessa. -----

----- Intervenção do Sr. Francisco Mendes presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estêvão: «A bancada parlamentar do partido socialista vem publicamente e perante esta Assembleia lamentar profundamente a morte do senhor Fernando Jorge dos Santos Martins, presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estêvão. Uma morte prematura inesperada e que abalou profundamente toda a comunidade. Um homem íntegro, honesto e dedicado que em toda a sua vida defendeu a população e como se sabe o próprio concelho de Lousada. Uma defesa que ninguém esquece e que já mais há-de ficar perdida na história.» -----

----- A proposta número sete foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- A proposta número oito do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do pai do membro Moisés Dias Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia da Ordem” -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número oito foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- A proposta número nove do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipa de seniores masculinos da secção de hóquei em campo da Associação Desportiva de Lousada pela conquista do título de campeões nacionais 2009/2010” -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número nove foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- A proposta número dez do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipa de futebol do Caíde de Rei Sport Clube pela subida à 1ª divisão distrital da Associação de Futebol do Porto”-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número dez foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- A proposta número onze do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à atleta Letícia Fonseca do Lousada Académico Clube por ter representado a selecção nacional de basquetebol no Campeonato Europeu de Sub-16 Femininos” -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número onze foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- A proposta número doze do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente

propõem um voto de louvor à equipa de seniores do Clube de Ténis de Mesa de Lousada pela subida à 1ª divisão regional”-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número doze foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- E a proposta número treze do seguinte teor: “ Ao abrigo da alínea a) do nº 2 do art.º 27º do Regimento desta Assembleia, a Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente, propõem um voto de louvor a João Pedro Moura, jovem de Caíde de Rei, atleta da Associação Cultural Recreativa e Desportiva Aqui Del Rei, praticante de pesca desportiva de competição, por ter sido campeão distrital de pesca desportiva, estando no presente ano a representar as cores da nossa terra no campeonato nacional de juniores de pesca desportiva de competição, organizado pela Federação Portuguesa de Pesca Desportiva”---

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número treze foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpeção ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, excelentíssimas senhoras deputadas, excelentíssimos senhores deputados, excelentíssimo público e comunicação social presente. Senhor presidente de Câmara vejo-me na obrigação de o interpelar para lhe solicitar alguns esclarecimentos, nomeadamente, mais dirigidos à bancada do partido socialista. Porquanto numa entrevista que li sua ao jornal TVS diz o seguinte sobre as portagens nas SCUT’S: “ ...estamos perante sucessivos zig zags por parte do secretário de estado dos transportes e obras públicas e parece-me que esta situação que nunca foi pensada adequada nem partilhada com aqueles que deveriam ser os agentes deste processo, apesar das sucessivas chamadas de atenção por parte dos autarcas e das comissões de utentes...” Para depois mais a baixo dizer: “ ... como é do conhecimento público em tempo devido interposemos (e refere-se à

comunidade intermunicipal) uma providência cautelar, posteriormente, recuamos na nossa intenção fruto do avanço do governo ter mostrado alguma abertura nesta questão...”. Ora fazendo aqui a retrospectiva de todo este processo, há mais de três anos atrás. Quando a iniciativa da JSD de Lousada leva para a rua o debate as portagens nas SCUT’s, nessa altura, e desculpado o elemento do partido socialista que antes de mim fez uma intervenção sobre o tema porque de facto tem uma actividade recente, nomeadamente até nesta Assembleia, por ventura não se recordará dessa manifestação de rua e da Moção que apresentamos nesta Assembleia Municipal, quando na altura teve a abstenção e não teve o apoio do partido socialista nesse debate, nessa discussão. Com o evoluir do processo e por nossa insistência repetidas vezes nesta Assembleia Municipal para que o senhor presidente de Câmara se pronunciasse sobre este processo, o portajar da SCUT, nomeadamente aquelas que servem o concelho de Lousada, o que é certo, é que o processo foi evoluindo até um ponto de quase decidido por parte da administração central. Apesar de todos estes zig zags que o senhor presidente de Câmara acusa o secretário de estado de os ter tido. A verdade é que vivemos numa região que está abaixo no índice de qualidade de vida da média nacional e este foi sempre o nosso ponto, enquanto a região não atingir a média nacional de qualidade de vida, não defendemos as portagens na SCUT. Foi sempre este o ponto, mas fazendo a evolução e retrospectiva do processo, tivemos em momentos recentes conversações entre os dois maiores partidos a nível nacional, PS e PSD, e foi nesse momento no dia um de Julho deste ano em Assembleia da Comunidade Intermunicipal que foi apresentado por um elemento do Partido Socialista numa ânsia de algum protagonismo individual e ou colectivo de alguns dos seus pares. Que apresenta uma Moção para ser votada que eu considero de uma forma extemporânea, tal como considerou o senhor presidente da Comunidade Intermunicipal, Dr. Alberto Santos. Pois naquele momento decorriam conversações entre os maiores partidos da oposição. Pois naquele momento a Comunidade Intermunicipal havia decidido retirar a providência cautelar, precisamente por esse pressuposto, de estarem a decorrer conversações para resolverem todo este imbróglio criado pelo senhor secretário de estado das obras públicas. E por esse motivo é que decidimos abstermo-nos daquela Moção que mais não servia para algum protagonismo individual do elemento que a apresentou e que a defendeu. Em boa verdade todo este processo remete-nos não para uma subjugação ideológica mas para uma reflexão que interessa a todos nós a nível nacional. Em Lousada como em todo o país vivemos um sufoco financeiro, e o que é certo é que a ideologia do partido no qual eu milito sempre defendeu um princípio e esse princípio foi novamente apresentado a público muito recentemente com a liderança do Dr. Pedro Passos Coelho. O que é certo é que defesa do princípio não nos inibe da defesa dos

interesses da região. E essa defesa temo-la nós de uma forma muito coerente, muito presente e muito sublinhada há mais de três anos atrás. E não agora muito recentemente como vossas excelências assim o admitem quando o processo já está praticamente concluído e decidido.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, senhor presidente da Câmara Municipal de Lousada e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados desta Assembleia, senhora e senhores presidente de Junta, estimado público e comunicação social presente. Antes de mais gostaria de congratular este início de ano escolar, correu no seu geral, bem. Gostaria de destacar o trabalho muito positivo desenvolvido pela comunidade escolar desde professores, dirigentes de agrupamento, pais e encarregados de educação, associação de estudantes e funcionários, destacando ainda a escola de Nevogilde e o professor em questão pelo projecto de cooperação com a Microsoft. Não poderia ainda deixar de salientar o papel das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal como sendo determinantes para a melhoria do ensino em Lousada, mas senhor presidente, existe ainda muito a fazer. Em resultado da Carta Educativa foram construídos novos e remodelados outros ao que se designou chamar centros escolares. No início deste ano lectivo entraram em funcionamento quatro novos centros escolares. Decorridos este período após a elaboração da carta escolar é chegada a hora de pensar e repensar a estratégia relacionada com os equipamentos escolares, hoje podemos afirmar, que não houve nem tem havido um planeamento nem um estudo rigoroso para se apurar as necessidades do concelho em relação aos centros escolares, hoje, e os dados estão aí, está confirmado que o concelho se prepara para ter centros escolares a mais e mal distribuídos, quer em localização, quer em número de salas. Dois exemplos senhor presidente, centro escolar de Figueiras, construído recentemente este centro teve um decréscimo do número de alunos no presente ano lectivo. Ora vejamos, os alunos da primeira classe tiveram de ser divididos na segunda e terceira classe por não serem em número suficiente para constituir uma turma, e o mesmo acontece em Lodares e Nevogilde. Acha isto pedagógico? Concerteza que não é um bom exemplo de planeamento senhor presidente. Segundo exemplo, centro escolar de Lustosa, este edifício foi construído para ter duas salas livres, mas com o elevado número de alunos inscritos nesta escola que a Câmara Municipal não tinha conhecimento ou simplesmente não procurou saber, estas duas salas estão ocupadas. Verificando-se assim que esta escola, recentemente inaugurada, está sobrelotada e não vai responder a necessidades futuras. Senhor presidente, isto mostra falta de planeamento. É necessário um estudo rigoroso para o melhor planeamento e

consequentemente um melhor ensino para os jovens de Lousada. Como sabemos o dinheiro é escasso para construção e naturalmente para a manutenção desses espaços. A Câmara de Lousada não tem dinheiro, todas as construções feitas até hoje e as previstas terão de ser suportadas pelo município na ordem dos trinta por cento. E esta Câmara não tem esse dinheiro. Necessita de recorrer à banca para pagar os referidos trinta por cento, estamos a falar de muitos milhões de euros a pagar nos próximos vinte anos. Se a Câmara Municipal não planear, provavelmente, o município vai ter de encerrar estes novos centros escolares, como aconteceu por exemplo com algumas escolas construídas ou reformadas há poucos anos. O município gastou, ou melhor desperdiçou, centenas de milhares de euros, e agora, vai encerrá-los, como exemplo a escolas de Lodares, Sub-Ribas em Meinedo ou Lustosa. Outro ponto senhor presidente, na comunidade escolar as Juntas de Freguesia tem desempenhado um papel fundamental de acompanhamento às crianças, bem como, quanto à manutenção e conservação dos edifícios, apesar de cada vez mais diminutas transferências do município para as Juntas de Freguesia. Nos últimos dias temos assistido à lamentável posição, intransigente, do senhor presidente recusando apoiar as juntas de freguesia na cedência de auxiliares de educação no acompanhamento das crianças no transporte dos autocarros com mais de nove lugares, exemplos Caíde de Rei e Aveleda. Sabemos que a Câmara Municipal não tem obrigação de conceder esse apoio, mas a verdade é que nos últimos anos apoiou. Estão em causa apenas, e digo apenas, algumas dezenas de euros por mês. Será que o município que gasta milhões num complexo e muito complexo desportivo ou milhares de euros por ano em publicidade como é feito no Jornal de Notícias não consegue suportar este valor irrisório. Senhor presidente, e acreditando que as crianças e os jovens são uma prioridade para este executivo, atrevo-me a lançar um apelo, repense esta situação.» --

----- Intervenção do Sr.^a. Cláudia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores secretários da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimas e excelentíssimos senhores deputados, excelentíssimo público e excelentíssima comunicação social. Na tomada de posse do executivo o senhor presidente de Câmara deixou bem claro a todos os presentes que neste novo mandato iria dar prioridade à acção social, o que é de louvar, face à conjuntura da crise económica que estamos a atravessar. Se já no orçamento verificamos que a aposta foi reduzida em benefício de outras áreas, no combate ao desemprego, continuo a ter as minhas dúvidas quanto à grande aposta na área social. Se não vejamos, o desemprego é hoje uma calamidade europeia, nacional e

mais gravosamente regional. Todos sabemos que a região do Tâmega apresenta a mais alta taxa de desemprego do país, vinte e seis por cento face aos onze por cento do país, mas Lousada, se perante os dados referentes a dois mil e oito de alguma forma poderia sentir-se melhor posicionado em relação aos concelhos vizinhos, por ter um número de desempregados inferior, hoje tem de estar bastante preocupado pois em dois mil e nove verificamos uma taxa de crescimento acima da média nacional, quarenta e nove vírgula sete por cento. Pois em relação apenas ao período de Janeiro de 2009 a Janeiro de 2010 passou de mil oitocentos e noventa e três para dois mil oitocentos e trinta e três desempregados, ficando identificado como um dos concelhos com maior taxa de crescimento de desemprego. E concerteza que ninguém precisa da frieza destes números, pois todos conhecemos a realidade dos recentes encerramentos de empresas e de muitos outros que ainda poderão ocorrer. Eu pergunto, e então o que têm feito? Existem gabinetes, fazem-se feiras, publicitam-se medias e são estes os resultados. No diagnóstico do concelho elaborado pelos parceiros da Rede Social constataram que o mercado de trabalho atravessava uma profunda crise, que o emprego diminuía e as qualificações dos desempregados eram muito deficitárias, e face a este diagnóstico, a rede social definiu dois eixos estratégicos de intervenção: Eixo I - Reinserção profissional e o empreendedorismo; Eixo II - Qualificar para inserir. E assim a Câmara criou quatro gabinetes, um de apoio ao investidor, dois de inserção profissional e um de apoio à empregabilidade. No seu conjunto estes gabinetes pretendem criar uma base de dados comum, auxiliar a elaboração de candidaturas ao QREN, auxiliar a criação de empresas, apoiar a obtenção de crédito, aproximar os empresários do desempregados, criar formações adequadas às necessidades existentes, entre outros objectivos. Muito bem, diagnóstico elaborado, plano elaborado e à semelhança do actual governo, muitas medidas, muitos gabinetes e comissões, muita publicidade dos mesmos, mas onde estão os resultados? Como justificam o aumento da taxa de desemprego de Lousada superior à média nacional? Onde está a captação do investimento? A zona industrial de Lustosa foi criada, muito bem, mas está vazia. A de Caíde nem ata nem desata. Em campanha eleitoral anunciaram um empreendimento turístico na Quinta dos Ingleses e anunciaram um projecto de um hotel com uma componente de saúde, mas, onde está a concretização destes projectos? Acreditam que era uma apresentação à comunicação social, aberta ao público, que os investidores vão aparecer? Acreditam que é assim que se capta o investimento? E o comércio local, que futuro? Promovem os produtos locais em promoções pontuais com efeitos de propaganda mas sem grandes resultados para os produtores. Não estaria na altura de se pensar na realização de uma feira anual, à semelhança do que se faz nos concelhos vizinhos como a AGRIVAL, a capital do móvel, uma feira

alargada, mais centralizada, com maior impacto para a promoção dos nossos produtos e dos nossos serviços. Sendo o sector secundário o mais predominante e face à decadência do sector têxtil, não deveríamos incentivar outro tipo de negócio, investimento noutras áreas como painéis solares, embalagem, medicamento e tantos outros que eu poderia agora aqui enumerar. Que resultados apresentam as medidas tomadas e que resultados apresentam destes gabinetes? Que respostas efectivas temos, foi criado mais emprego? Qualificaram os desempregados com a formação adequada às necessidades das empresas locais? Que apoios concretos são dados aos empresários para evitar o encerramento das suas empresas? Minhas senhoras e meus senhores não me falem em mais gabinetes, falem-me em resultados, porque os números reflectem a realidade, a taxa de crescimento de desemprego aumentou quarenta e nove vírgula sete por cento, em Lousada, só neste último ano e contra factos não há argumentos.»-----

----- Eram vinte e duas horas e quarenta e um minutos quando deu entrada o seguinte membro: Dora Manuela Rocha. -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Antes de mais queria manifestar ao senhor presidente da Assembleia Municipal ao senhor presidente das Câmara aos senhores vereadores e aos senhores deputados municipais que é com muito prazer que retomo as minhas funções nesta Assembleia Municipal. Gostava de sublinhar que não esqueci as palavras de apreço que me foram dirigidas, na altura em que fui eleito, mas também, não esqueci algumas palavras menos benfazejas de algumas línguas viperinas que não deixaram de censurar o facto de eu ter sido eleito e imediatamente ter pedido a suspensão do mandato, com a suposta pretensão, de que eu me teria candidatado sem querer a jusante exercer as minhas funções. Mas aqui estou eu, com o peito às balas, com toda a frontalidade para assumir o pleno exercício das funções para que fui mandatado pelo povo de Lousada e fá-lo-ei até ao final do mandato, salvo se por razões de outra índole, política ou de natureza pessoal, for impedido de completar o mandato para que fui eleito. Gostava de vos dizer também que exerço estas funções com toda a simplicidade, já exerci funções fora, nomeadamente, na Assembleia da República mas é com a mesma humildade, com o mesmo sentido de missão e com o mesmo empenho que vou exercer as minhas funções como deputado da Assembleia Municipal, onde já estive há cerca de vinte anos atrás e de que guardo uma grata recordação. Queria dizer-vos que as matérias que são aqui discutidas são de relevante interesse para o concelho e para a região, mas porventura às vezes até seja útil, e permitam-me a minha ousadia e o meu atrevimento de dar alguns conselhos de alguém que

já passou por fora e que porventura poderão ajudar a tornar estas reuniões mais eficientes e mais produtivas. Eu penso que é dispensável alguma reiterada cortesia em excesso relativamente aos cumprimentos que são apresentados no início de cada intervenção. Eu estive na Assembleia da República, estive em várias organizações internacionais e é habitual cumprimentar o presidente da Assembleia, os membros do executivo, os deputados, por norma repetir até à exaustão os cumprimentos ao excelentíssimo público, acho que é de facto despiciendo e não contribuiu para a produtividade dos trabalhos. Acresce que me parece também que numa Assembleia desta natureza o que importa é discutir em concreto os temas do concelho. Eu já vi aqui a discutir temas de muita importância nomeadamente as questões das SCUT's, vi também a questão da educação, vi a questão da estratégia para o futuro do concelho que é vital para o futuro de Lousada e dos lousadenses. Mas penso que há outras questões que têm a ver mais com a intriga política a nível nacional que não são para aqui chamadas. Vi hoje aqui a ser citado o líder do meu partido, quatro ou cinco vezes por acaso não vi o engenheiro Sócrates ser citada uma única vez, o que é estranho, mas penso que as matérias que estão aqui a ser tratadas têm de ser resolvidas pelos lousadenses, não vale a pena trazer aqui à liça os líderes nacionais dos partidos políticos aqui representados porque em bom rigor não tem a ver com aquilo que está aqui a ser discutido. Posto isto, eu gostava de vos dizer que pretendo com a minha modéstia dar um contributo para discutir Lousada e os problemas de Lousada e sobretudo a estratégia de Lousada face do futuro. É evidente que eu partilho muitas das preocupações que foram aqui expressas, designadamente, no que concerne às questões das SCUT's, mas vamos ser realistas e vamos deixar de fazer finca-pé de uma questão que está ultrapassada, não há qualquer hipótese no horizonte, por mais optimistas que queiramos ser, retroceder em matéria de portagem da SCUT. As portagens das SCUT's decorrem de uma inevitabilidade, que tem a ver, com a necessidade de arrecadar receita fiscal, há um défice enorme e este ano ascende a cerca de quinhentos milhões de euros em matéria de receita fiscal se as portagens das SCUT's não avançarem. Portanto é absolutamente inexorável, é lutar contra uma inevitabilidade estar aqui a pugnar ou a defender que a questões das SCUT pode novamente ser repristinada e pode ser revista em termos políticos, não pode. Vamos falar claramente, não pode, não pode por razões que têm a ver com a escassez de receitas fiscais, com a necessidade e os compromissos assumidos em Bruxelas pelo governo português, aliás também em parceria com o PSD relativamente ao Programa de Estabilidade e Crescimento. Portanto vamos encarar isso com toda a naturalidade, vamos, é pensar o que é que possível fazer para minimizar o impacto negativo que obviamente as portagens das SCUT's vão trazer para esta região. Eu creio que há impactos negativos (de monta) desde logo na sobrecarga do

orçamento familiar mas também do ponto de vista da atractividade do investimento, da atractividade do turismo, da liberdade de circulação de pessoas e mercadorias, do próprio desenvolvimento da economia local. Penso que há impactos negativos na região que têm de ser pensados e o que nós temos de definir, mais do que estar a discutir quixotesicamente algo que já não tem hipótese nenhuma de ser repensado, temos de pensar na estratégia para combater e minorar os efeitos decorrentes das portagens nas SCUT's. Do mesmo passo que alimenta a educação, e eu penso que aquilo que foi dito é importante, a educação deve ser um pilar fundamental do desenvolvimento deste concelho. Eu sei que é um dos concelhos mais jovens do país diz-se à boca cheia que é também um dos concelhos mais jovens da Europa, isso de facto é um activo fundamental que Lousada tem, mas é preciso apostar na educação. A qualificação das pessoas é essencial para tornar também o concelho atractivo em termos de investimento. Eu naturalmente segundo aqueles que hoje vieram aqui defender a necessidade de preservar a aposta na educação, sem entrar naturalmente em algumas derivas irrealistas, nomeadamente, no que concerne à qualificação e certificação de algumas escolas pela Microsoft. Todos nós sabemos que nessa matéria, ainda recentemente em Lamego uma escola certificada pela Microsoft em matéria de novas tecnologias acabou de fechar portas. Portanto é bom também não embandeirar em arco com facilitismos relativamente a essa matéria, sem prejuízo, repito, de ser fundamental a aposta na educação para qualificar o concelho. Por último, preocupa-me de facto a estratégia de desenvolvimento do concelho. Foram aqui referidas várias iniciativas do executivo para atrair investimento, foram referidos pólos industriais mas também foi enfatizada a ineficácia dessas mediadas e é isso que nós temos de facto de pensar mais do que entrar na intriga política PSD/PS/CDU, temos de pensar o que é que necessário fazer e onde é que podemos de facto comungar do mesmo propósito no sentido de tornar atractivo o investimento para Lousada. Esta é que é a questão. E não é fácil. É fácil do ponto de vista retórico estar aqui a confabular sobre a atractividade do investimento, mas não é fácil saber o que fazer, introduzir as medidas concretas para tornar esse investimento a realidade, sobretudo quando há uma concorrência a todos os níveis dos concelhos limítrofes e de outras regiões. O que importa aqui é reflectir, ponderar o que fazer nesse domínio desde já me atrevo a sugerir a esta Assembleia e ao executivo que se reflita sobre a possibilidade de realizar um ciclo de conferências com algumas personalidades do domínio empresarial, do domínio académico, do domínio da investigação científica, da inovação, pudessem eventualmente vir aqui a Lousada debruçar-se sobre os trilhos possíveis de desenvolvimento de Lousada no século vinte e um, tendo em conta a sua localização geográfica, as suas apetências, as condições a sua população. Eu penso que era importante fazer uma reflexão com algumas das entidades

mais elaboradas e mais dedicadas a estas matérias que pudessem de alguma forma constituir-se numa espécie de mentores ou de gurus de uma estratégia de desenvolvimento para o concelho de Lousada. Creio que há aqui muita boa vontade, muita determinação mas porventura faltará a montante o discernimento, a reflexão e a ponderação necessária para saber quais são esses caminhos. Continuo a dizer a dizer que são estreitos no mundo concorrencial onde efectivamente não é fácil triunfar, concretizar não é fácil implementar. Falar é fácil, concretizar é muito mais difícil. Para concluir, gostava de vos dizer que naturalmente estarei sempre disponível para os senhores deputados de Lousada da Assembleia Municipal, para o executivo para colaborar naquilo que for necessário, tendo sempre em consideração o seguinte: eu tenho naturalmente as minhas convicções políticas, tenho naturalmente a minha ideologia, tenho naturalmente o meu partido, mas aqui em Lousada, mais importante que as ideologias, convicções políticas e o partido é o concelho. E nessa medida penso que devemos estar todos unidos no objectivo de lutarmos por um concelho mais desenvolvido, mais próspero e mais justo. E isso muitas vezes leva a que seja necessário por a ideologia de lado e trazer à liça e à coação o pragmatismo, a sensibilidade, o empenho e o amor pelo concelho. É isso que penso que deve constituir o âmago da nossa missão nesta Assembleia Municipal.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Venho apenas falar de um ponto muito curto. Senhor presidente da Câmara gostaria através da sua pessoa permissão para relembrar aos presentes algo que acho que não deve ser manipulado. Resultados de Agosto do IEFP cifram Lousada como o segundo concelho com o nível de desemprego mais baixo do vale do Sousa, seis vírgula zero um por cento apenas superado pelo concelho de Penafiel com um nível de cinco vírgula cinco por cento.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação às várias intervenções vou procurar ser o mais sucinto possível. A questão das SCUT's é uma questão que esteve na agenda política bastante tempo, o que não está em causa, nem pode estar em causa, é o empenhamento de qualquer um de nós na concretização e na resolução deste problema. E sobretudo tendo em conta um aspecto que a alguns custa muito. De facto e em particular no meu caso, sempre estive neste lugar, desde sempre e espero terminar o mandato nesta tónica, eu sou eleito pelo PS mas sempre estive integralmente convicto dos interesses dos lousadenses e esses interesses tinham sempre de se sobrepor aos interesses do PS. O PS a mim nunca me encomendou nada, nunca me obrigou a nada, aliás um partido plural e bastante aberto nessa matéria. E eu também não estaria de outra

forma, não sei estar sujeito a directivas de quem quer que seja, líderes distritais ou nacionais. Portanto fiz o percurso nas SCUT's bastante à vontade, sempre confortado pelos meus colegas, vossos companheiros, que sempre me confortaram de forma abundante, porque sentiam que eu tinha a independência toda nesta matéria. A independência intelectual e pessoal para decidir da forma que entendi em função dos interesses de Lousada e dos lousadenses. Espero que esta atitude não sirva de exemplo a ninguém mas que os lousadenses em particular sejam os grandes vencedores neste combate político que muitas vezes fazemos, sobretudo, no âmbito do desenvolvimento e da afirmação de Lousada no contexto nacional. Portanto, acho que a nossa posição sempre foi clara nesta matéria e orgulhamo-nos seguramente deste posicionamento. Em relação às questões que o senhor Joaquim Bessa pôs, eu direi o seguinte: vi-o falar com tanta convicção que provavelmente estará perfeitamente à vontade para discutirmos este tipo de abordagem. Não sei se está ou não ou se limitou simplesmente a constatar um conjunto de factos que não são sustentados na realidade, não sei e não quero estar aqui a fazer juízos, mas parece-me que o conjunto de afirmações que fez desmente em absoluto tudo aquilo que temos feito ao longo destes tempos. Vejamos, podemos começar por uma afirmação que fez, nós temos a convicção clara de que não se fez tudo, nem vai concerteza ninguém fazer tudo, haverá sempre muito para fazer, a nossa sociedade é uma sociedade dinâmica em que o grau de exigência e o grau de alteração é de tal ordem rápida que efectivamente aquilo que hoje é um dado adquirido, amanhã poderá haver aqui outras nuances. Senão veja-se a questão dos centros escolares. Há quem diga que os centros escolares não são a forma pedagógica mais adequada para obter resultados no imediato e no curto prazo, há quem diga que o sistema tradicional é muito mais capaz de potenciar esta área. Desde logo aqui se começa a perceber que esta realidade é demasiado complexa. Isto vem de encontro à forma prudente com que nós abordamos esta questão. Quando digo prudente, fomos os primeiros a fazer as Cartas Educativas aqui da região, pensamos isto com toda a comunidade escolar, a Carta foi discutida e votada aqui na Assembleia, houve um profundo debate. E de facto em consequência da Carta Educativa aqui aprovada e depois publicada pelo governo, é que decidimos a avançar para concretização dos propósitos. Como eu há pouco referi, esta dinâmica não é uma dinâmica que esteja cristalizada no tempo, a Carta Educativa já foi aprovada há oito, dez anos sensivelmente. Há aqui nuances que tem de ser percebidas e compreendidas à luz desta dinâmica. Se nós abordamos há uns anos a esta parte a construção e recuperação de escolas foi porque sempre entendemos que a comunidade local, as freguesias, eram as primeiras e grandes beneficiadas se mantivessem este elemento identificativo quer da freguesia quer da sociedade local, privilegiando claramente que as escolas grosso modo se pudessem manter

nas freguesias, que houvesse uma escola, pelo menos para cada freguesia. Para assim de facto salvaguardar aquilo que era identificativo do nosso passado e queremos que seja projectado no futuro. Em relação a isso, há uns anos a esta parte, conseguimos recuperar um conjunto de escolas, fazendo alguns centros escolares. Aliás, não era prática comum aqui da região, houve muitas Câmaras aqui da região que não fizeram rigorosamente nada, nós fizemos, numa atitude proactiva e não nos arrependemos nada. Em quadros comunitários anteriores, a Câmara de Lousada já se foi financiando para recuperar o seu parque escolar. E de facto creio que em boa hora o fizemos porque neste momento as circunstâncias estão mais ou menos agarradas. Lembro-lhe que quando eu entrei para a câmara de Lousada, eu já disse isto aqui na Assembleia mais que uma vez mas pelos visto parece que tenho de repetir e enfatizar mais uma vez, quando entrei para a Câmara numa primeira reunião da Comissão de Coordenação então presidida pelo engenheiro Braga da Cruz, chamou-me ao lado e disse: Lousada tem um único jardim-de-infância que é inclusive de uma entidade privada. Lousada tem uns indicadores tremendos nestas matérias e portanto é preciso ver isto e fazer algo com este tipo de abordagem. Como sabe a anterior Ministra da Educação, isto há dois anos chamou os senhores presidentes de Câmara a Lisboa, um conjunto significativo sobretudo aqui da região norte em particular aqui da região do Vale do Sousa, a única Câmara que não foi, foi a Câmara de Lousada porque tinha um superavit destes equipamentos no concelho. Tinha uma resposta adequada, fizemos o trabalho de casa, estivemos logo na base, na génese daquilo que é importante investir, de criar condições para que isto aconteça-se. Só para lhe dar nota de que a situação foi sempre acautelada. Sabemos e isto está claramente evidenciado que se tivermos melhores escolas, melhor formação para os nossos jovens, seguramente o futuro será muito mais risonho e muito mais adequado. Quando fala se houve ou não planeamento? Claro que houve. Quando lhe referi que se olharmos para as escolas para os centros escolares e para as cartas escolares começamos a pensar isto atempadamente. Tanto é que neste momento não lançamos de “supetão” com a necessidade de Câmaras a fazerem projectos de arquitectura e especialidades quase em série. Essas sim, vamos ver o que vai resultar no futuro e vão-se tirar as ilações mais adiante. Nós não fizemos vinte e tal centros escolares que estão em construção ou fase terminal, temos como disse e bem, cinco centros escolares que estão neste momento em condições de funcionar. Temos a ponderação necessária até para fazer os ajustamentos. Aquilo que temos preparado para o futuro, se eventualmente em função do momento em que aprovamos a Carta Escolar e pensamos sobre esta matéria, se de facto nos dá indicadores diferentes daqueles que colhemos na altura, estaremos em condições de reacertar a rede. Isto é que é planeamento. Isto é que é importante evidenciar que há

ponderação e bom senso. E eu o que lhe reitero é que em relação aos dados que temos, nós sabemos que no ano passado os dados que tivemos foram projectados pelo Instituto Nacional de Estatística, Lousada teve o maior índice de natalidade do país e o menor índice de mortalidade, um bom concelho para viver, temos este indicador. Isto aconteceu num ano, poderá eventualmente daqui para o futuro, fruto das condições económicas, fruto da dificuldade das famílias que este indicador não se verifique. Aquando da perda para o concelho de Vizela da maior freguesia, que naquela altura tinha cinco mil e tal habitantes, ficamos com trinta e nove, cerca de quarenta mil habitantes, neste momento temos cerca de cinquenta mil, isto em doze anos. Porquê? Porque às tantas o concelho de Lousada foi capaz de atrair e fixar pessoas. Isto é que é um dado objectivo e com estes dados que temos de trabalhar. É neste contexto que nós estamos a perspectivar e a abordar os centros escolares. Quando me diz que aqui e acolá, não sei quê, é natural que haja necessidade de ajustamentos. Isto não tem nada a ver com as circunstâncias supervenientes, por uma questão de conjuntura económica, muitas vezes não potenciam os dados que são conhecidos anteriormente, não tenha alguma vez havido sequer planeamento. Portanto como estamos atentos, quando falamos que temos por exemplo em Figueiras mais disponibilidade, como temos ali à volta freguesias que não têm centros escolares poderemos perfeitamente encontrar uma solução para as outras freguesias ali à volta. Quando fala dos grandes investimentos que nós fizemos nesta área. Eu ouvi ainda há pouco o Dr. Jorge Neto que referiu e bem, a educação é o momento fulcral do país para se apostar, nós já apostamos há anos. E quando dizemos que estamos a assegurar trinta por cento. Não só estamos nós. Estão os vossos companheiros aqui da região a gastar muito mais que nós porque antes não tinham provavelmente feito aquilo que nós já tínhamos feito. Estão a gastar muito mais que nós, mas estão a aproveitar uma oportunidade única, num momento único, e que provavelmente, não se repetirá nos anos seguintes próximos. Mas digo-lhe mais, em relação aos custos, ainda ontem estive a ver umas fotografias do centro escolar do Torno, quem olhar para aquele centro escolar exteriormente fica encantado, é uma arquitectura simples, não estivemos ali a entregar a gabinetes de arquitectos que levam milhares, fizemos os projectos internamente, fizemos um conjunto de abordagens internamente que permitem que neste momento, apesar de ser um dos maiores centros escolares, em termos de custos e em termos de manutenção serão provavelmente aqueles que menores custos terão. E a grande realidade que se vai por no futuro, é importante dizê-lo porque muita gente esquece, é que fizeram coisas muito bonitas, mas o problema num futuro próximo é a manutenção. Os custos de manutenção vão ser tremendos para este tipo de equipamentos. Nós ponderamos este rácio custo/benefício. Estes trinta por cento que o município assegurou, e bem, não faria sentido que o não

fizesse. Se o disse em sentido crítico aos seus companheiros da região e provavelmente do país terá de o fazer com alguma contundência. Provavelmente eles nunca diriam uma coisa dessas, aquilo que você disse aqui. Tocou mais dois ou três pontos, um deles sobre as auxiliares e os autocarros de Caíde e Aveleda. Constatamos há uns tempos atrás que sem nosso conhecimento havia uma abordagem que nos escapava e que eram utilizadas as auxiliares neste tipo de abordagens, não era só em Caíde, era também na Aveleda e noutros sítios. Houve necessidade de tomar medidas, o que lhe posso dizer para nossa satisfação, é que vamos ponderar estas situações e resolvê-las de uma forma interessante, que vai salvaguardar estes e outros casos. A Câmara não é insensível à questão, percebe as razões que estão aqui subjacentes, como é normal, também temos a percepção que há aqui outras questões a ponderar, oportunamente com quem de direito a situação será resolvida. Em relação à intervenção da Dr.^a Cláudia Lousada. É fáctico que quando nós tomamos posse uma das nossas preocupações é de facto social, estamos num momento complicadíssimo, já tínhamos indicadores bem evidentes sobre estas matérias, e procuramos encontrar as melhores formas de resolver este problema, este flagelo que nos afecta. Os dias das famílias são particularmente difíceis e nós estamos a sentir isto de uma forma clara. Numa das nossas componentes importantes, a educação, em que a situação já se estava a evidenciar de uma forma tremenda. Temos procurado ir de encontro aos miúdos e às famílias. Há situações de grande dificuldade, o senhor professor Vilar dizia-me há poucos dias que provavelmente ainda teremos de ir mais além. Temos dado apoio desde sempre a todas estas situações que nos merecem claramente apoio. Nós estamos a fazer intervenção manifesta nesta matéria. Portanto quando dissemos isto foi logo nesta vertente que pensamos. É óbvio que há aqui outras vertentes a ter em conta, independentemente da valia e do mérito da proposta que a senhora vereadora da acção social fez, para procurar soluções, de facto tem acontecido resultados. Aliás um dos resultados mais evidentes e é importante referi-lo porque isso é constatado pelos meus colegas presidentes de Câmara da CIM do Sousa e Tâmega, é o trabalho que a senhora vereadora fez em Lousada e que projectou para toda a CIM, é o trabalho feito na concretização, há poucos dias, há um mês creio eu, do contrato que foi estabelecido com o governo para encontrar soluções para este flagelo do desemprego. E aqui nunca é demais referir o papel de senhora vereadora da acção social. É de facto constatado pelos meus colegas porque em variadíssimas reuniões o fizeram. E eu fico satisfeito com isto, que ela tenha feito um trabalho de campo, projectou, não foi ela sozinha, quase que foi a locomotiva de todo este processo, e provavelmente quer os meus colegas, quer nós, lhe ficaremos agradecidos se encontramos paulatinamente os resultados que nós queremos aqui evidenciar. O que é que se tem feito? Só aqui, era importante perceber, todas as semanas, por

exemplo o gabinete de apoio ao emprego tem procurado todas as semanas na região e em particular em Lousada encontrar sítios para empregar, para encaminhar as pessoas que estão em desemprego. Isso tem sido feito, há números precisos sobre a capacidade deste tipo de abordagem. É óbvio que ninguém pode escamotear aqueles indicadores de desemprego. Aquele dado que o Nelson estava a dar, eu também conheço, esta semana deram-nos novos dados. Reconheço que Lousada não é aquele que tem mais problemas de desemprego mas isso não nos agrada, não nos satisfaz rigorosamente em nada. O que importa é que nós tenhamos a percepção de que a região tem de reagir a um conjunto de medidas, e é aquilo que nós estamos a procurar fazer em conjunto. Ninguém tenha a convicção que estas situações que vão aparecendo isoladas aqui e acolá, que alguma vez, só por si, só por um passo de mágica, vão ter resultado, não vão. A região tem problemas endémicos vai com certeza ter um salto qualitativo que é expectável no futuro, não é no imediato, pela aposta que se tem feito na educação. Lembro-lhe que a CIM-Tâmega assinou um protocolo com o Instituto Politécnico do Porto para que também no meio académico encontrar mais soluções para podermos encaminhar os nossos jovens em várias áreas que são emergentes e que julgamos que possam ser intervenções do futuro. Há aqui da nossa parte atenção e disponibilidade para encontrarmos os caminhos adequados para resolver o problema. Há aqui situações emergentes, que a Dr.^a. Cláudia conhece muito bem, o problema que a Misericórdia de Lousada num processo connosco para deficiência está a levar a cabo e que nós julgamos que vai ser um papel importante, não só para criar emprego, mas para resolver um problema endémico da região. O problema de um hotel rural que está preparado para a área da saúde e que está numa situação de quase ante-projecto. O hotel também está aí e o golfe. É óbvio que estamos a procurar resolver estes problemas e fazemos um esforço muito grande para os resolver e trazer este tipo de investimento para cá. Como dizia o Dr. Jorge Neto e muito bem isto não é só uma questão de retórica, não é fácil resolver o problema. O nosso colega e vosso companheiro de Paredes está a procurar trazer um investimento interessante para a região, tem feito e tem procurado o nosso apoio que tem sido dado em todo o sentido. Este problemas é transversal não é fácil encontrar medidas avulsas ou medias fáceis para ultrapassar estes problemas. Dir-lhe-ei que temos estado atentos, temos estado de uma forma persistente a procurar resolver os problemas. Aliás estamos a fazer uma grande intervenção nesta zona urbana que vai permitir provavelmente ao comércio tradicional dar um salto mais em frente em termos qualitativos. Temos estado atentos, as empresas que nos têm contactado e são variadíssimas, eu não quero estar aqui a dizer nomes, mas poderia trazer aqui alguns testemunhos precisamente da disponibilidade que a Câmara tem feito em apoiar alguns empresários todas as vezes que nos

contactam e todas as vezes que sabemos que necessitam do nosso apoio. Não vamos seguramente deixar de avançar por este caminho. -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal. -----

----- TERCEIRO PONTO - Aprovação do Regulamento Municipal de Funcionamento das Feiras; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regulamento Municipal de Funcionamento das Feiras, conforme estabelece a alínea a) do nº 2 do art. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro” -----

----- A proposta número um foi aprovada por unanimidade de cinquenta votos. -----

----- QUARTO PONTO - Terceira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da Despesa; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da terceira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da Despesa nos termos da alínea b) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de cinquenta votos. -----

----- QUINTO PONTO - Nomeação do Conselho Municipal de Educação; -

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número três do seguinte teor: “ A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da constituição do Conselho Municipal de Educação, conforme composição apresentada, em cumprimento do art.º 6º do Decreto-lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro” -----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de cinquenta votos. -----

----- SEXTO PONTO - Reestruturação dos Serviços Municipais – Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica e de Estrutura Nuclear; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “ A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas e equipas de projecto, nos termos do nº 6 do decreto-lei nº 305/2009 de 23 de Outubro” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de cinquenta votos. -----

----- SÉTIMO PONTO - Fixação de Taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Este tema vem a discussão ciclicamente, ano a ano, por força da lei. Precede discussão em reuniões da Câmara Municipal e depois, neste momento, em Assembleia Municipal. É um facto que de ano para ano temo-nos socorrido de uma forma coerente da mesma visão e no mesmo entendimento da análise da fixação das taxas do IMI e em boa verdade o partido socialista também se socorre sempre do mesmo argumentário. Pretende atingir os valores do ano de dois mil e dois para aí sim atender a uma baixa da taxa do IMI. O facto é que análise dos resultados das receitas provenientes da taxa do IMI, demonstram que o PSD Lousada tem tido total razão ao longo destes últimos anos. As receitas da taxa do IMI têm vindo a aumentar de ano para ano, fruto do decréscimo das isenções provenientes do “boom” de construção ocorrido nos anos noventa. O que é certo é que essa receita de ano para ano tem vindo a aumentar e gera de facto importante resultado financeiro para os cofres da autarquia. Em tempos actuais, todos vivem dificuldades económicas e financeiras e aquilo que podemos constatar é que à semelhança do país também o município de Lousada vive uma situação de sufoco financeiro. As famílias também o sentem, é fáctico que não reduzir ligeiramente a taxa do IMI torna-se pouco social para com as famílias Lousadenses, até porque, o custo que as famílias lousadenses têm com a taxa do IMI não é correspondido com uma melhoria significativa dos equipamentos à sua disposição. A rede viária está uma lástima, os equipamentos colectivos

escasseiam, os transportes públicos são inexistentes, mesmo até ao nível da rede de água e saneamento ainda estamos aquém dos resultados que todos ambicionamos. É pois com natural relutância que vemos o partido socialista insensível a estas questões, nomeadamente o executivo camarário, pois quando a estratégia deveria ser outra, reduzir a despesa para não aumentar os impostos.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O Sr. Carlos Nunes repetiu aqui o que os senhores vereadores da oposição já tinham dito. Depois de ler as declarações de voto dos senhores vereadores da coligação e do senhor vereador Dr. Pedro Machado, é simples chegar a uma conclusão. Uma meramente eleitoralista, a dos senhores vereadores, e outra, realista a do Dr. Pedro Machado. Senão vejamos: A Câmara ainda não atingiu os valores recebidos em dois mil e dois e já perdeu por isso receitas de três milhões e quinhentos mil euros. No entanto no ano de dois mil e oito, porque os valores estavam muito próximos, decidiu pela redução das taxas de IMI. Cumpriu assim aquilo que sempre foi dito nesta Assembleia. Com os constrangimentos orçamentais previstos no PEC, acham que é altura de efectuar uma nova redução das taxas? Estou convicto que na nossa zona nenhum município o vai fazer, mas, e disso tenho a certeza, todos têm valores patrimoniais superiores ao nosso, alguns o dobro e outros quase o triplo. Existem no nosso concelho vinte e dois mil, quatrocentos e dezanove prédios urbanos. Sete mil quinhentos e sessenta e oito avaliados nos termos do código do IMI com o valor patrimonial de quatrocentos e dezoito milhões de euros, isto em números arredondados e catorze mil, oitocentos e cinquenta e um, não avaliados com valor patrimonial de trezentos e trinta e três milhões. Verifiquem a disparidade dos valores patrimoniais entre prédios avaliados e não avaliados. Os não avaliados são o dobro, com valores patrimoniais inferiores. Resulta daqui, e esta é a minha convicção que num futuro, quando houver disponibilidade financeira para o fazer, a taxa a reduzir deverá ser unicamente incidente sobre os prédios avaliados nos termos do código do IMI. Se os prédios não avaliados têm uma taxa de actualização de três em três anos para quê reduzir a mesma enquanto os valores patrimoniais não se aproximem dos avaliados ou haver uma avaliação geral? Ao contrário do que foi afirmado na declaração de voto dos senhores vereadores da oposição e agora pelo senhor Carlos Nunes, os valores patrimoniais não têm subido muito com o fim das isenções. Em dois mil e sete, as isenções rondavam os quarenta e dois por cento, em dois mil e oito, quarenta vírgula noventa e nove por cento e em dois mil e nove, trinta e nove vírgula noventa e sete por cento. Penso que os valores patrimoniais têm subido devido às transmissões, pois como sabem, os prédios por transmissão são avaliados nos termos do Código do IMI. As isenções

continuam altas porque diariamente entram pedidos de isenção nos serviços de finanças nos termos do art. 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. A Câmara pratica a solidariedade com os mais carenciados diariamente, senhores vereadores. Contactem a senhora vereadora da acção social para ver se isto é ou não verdade. A estas, este imposto não lhe diz nada porque não o pagam. Deixemo-nos de demagogia.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Cumpre-me esclarecer a Assembleia de que a Câmara de dois mil e dois até dois mil e nove não perdeu receita, a Câmara arrecadou em todo este tempo dezasseis milhões, quatrocentos e quarenta e três mil quatrocentos e quarenta e sete euros. De dois mil e dois até dois mil e nove, arrecadou todo este valor. Se vossas excelências dividirem este valor pelas vinte e cinco freguesias do concelho irão apurar o valor de seiscentos e cinquenta e sete mil, setecentos e trinta e sete euros e oitenta e oito cêntimos. Eu pergunto aos senhores presidentes de Junta se sentiram que o valor deste imposto foi retribuído pelas vinte e cinco juntas de freguesia ao longo destes anos? Não foi com certeza. Não foi porque daria um valor aproximado dos cem mil euros ano. Isto é resultado, e já agora para esclarecimento do senhor Santos que falou na isenção de dois mil e sete para dois mil e nove, se apreciarmos, os dados de dois mil e dois até dois e nove, e é esse o termo de comparação que vossas excelências apregoam, em dois mil e dois tínhamos uma taxa de isenção de cinquenta e três vírgula trinta e um, em dois mil e nove temos uma taxa de isenção de trinta e nove vírgula noventa e sete por cento. Há aqui um decréscimo na taxa de isenção o que faz aumentar a receita. Portanto conclui-se que defender uma ligeira redução na fixação da taxa do IMI poderia incrementar o desenvolvimento deste sector, como assim um efeito escala na proveniência desta receita. Conclui-se que o não o fazer é uma manifesta insensibilidade social que eu naturalmente concluo pelo facto da Câmara viver uma situação de sufoco financeiro.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente e demais membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente de Câmara e demais vereadores, estimados colegas da Assembleia Municipal, estimado público. Sem quaisquer formalismos mas como muito respeito, queria desde já pedir ao senhor presidente que me deixasse formular um pequeno intróito. Foi aqui dito que todos nós temos de facto os nosso valores e os nossos ideais e muitas vezes é difícil convencer-nos do contrário. Difícil será, quando dentro das mesmas ideologias e dos mesmos valores dizemos coisas completamente diferentes e dizemos coisas que não tem qualquer nexos com a nossa ideologia. E daí que mais uma vez em jeito de intróito, estranhe que

há muita gente que se diz de determinada ideologia e depois baralhe-se e confunde-se relativamente aos mais diversos temas. Desde logo, vai-me permitir fazer aqui uma comparação, a Câmara de Lousada precisa de receita e toda a gente sabe, e eu em específico posso dizê-lo, porque se é necessário fazer isso, eu sou mestrado em execução fiscal, eu tenho conhecimento disso. As autarquias arrecadam receita sobretudo através dos impostos e das taxas que cobram. Se alguém conhecer outras formas é bom que venha aqui dizer quais são. Agora aquilo que nós não podemos fazer é vir aqui responsabilizar a Câmara Municipal de Lousada pelo excessivo desemprego que existe no concelho e ao mesmo tempo ser demagógico ao ponto de defender que os impostos sejam aligeirados. Isso não pode acontecer. Toda a gente sabe que as principais receitas dos municípios serão IMI, IMT e derrama. Salvo erro e alguém me contrarie, Lousada não cobra derrama. IMT e IMI, há duas isenções de IMI que já aqui foram faladas e o Dr. Carlos Nunes devia saber disso, uma é referente ao valor patrimonial dos imóveis e outra é referente ao número de anos que se deixa passar e a lei consagra após a sua construção. Ou seja, os imóveis de reduzido valor patrimonial não são tributados, aí está uma isenção. Há falta de capacidade contributiva por parte dos cidadãos e portanto o imposto não lhes é devido. Agora, quando os imóveis têm valor patrimonial e as pessoas tem esse valor patrimonial, porque motivo não devem pagar sobre a riqueza que têm? Uns são filhos e outros enteados. Mas digo-lhe mais, ainda bem e ao contrário daquilo que o Dr. Carlos Nunes está para aqui a pregoar que é mais uma vez demagógico. Toda a gente já devia ter os valores patrimoniais actualizados. É pena que a comissão que está encarregue disso ainda não tenha tido a celeridade necessária para ter actualizado todos os valores. Neste momento existe uma situação verdadeiramente injusta na sociedade portuguesa que é uns estar a pagar sobre valores patrimoniais actuais e outros estarem a pagar sobre valores de há trinta, cinquenta anos atrás. Uns pagam dezassete euros e outros andam a pagar novecentos e mil euros. Mas digo-vos mais, é completamente demagógico, e eu reforço essa questão porque eu só vejo demagogia, quando vêm aqui falar. Que se venha falar em educação, novos centros escolares, que se venha para aqui dizer que as ruas de Lousada estão uma miséria, porque isso é mentira. Há sítios pontuais onde houve obras que de facto as ruas necessitam de obras mas essas obras estão a acontecer. É mentira que as ruas de Lousada estejam em pior estado que muitos dos nossos concelhos circunvizinhos. Mas é completamente surreal que venham para aqui dizer que querem novas estradas, querem complexos desportivos espalhados pelas freguesias do concelho, que venham falar de apoios sociais e ao mesmo tempo venham fechar a torneira daquilo que é a única forma que existe neste momento, é a única forma que existe dos municípios em Portugal (e mal) arrecadarem receitas para o município. Porque a outra via, e essa vocês têm-na criticado

muito bem, porque eu também a crítico, é a via dos empréstimos, e daí a situação de endividamento de todos os municípios do país. Agora não venham para aqui dizer que a culpa do desemprego do concelho é da Câmara Municipal de Lousada. O seu partido neste momento tem duas tendências, uma social-democrata e outra liberal e a senhora Dr.^a tem de se posicionar numa delas. A senhora Dr.^a não pode ser social-democrata do ponto de vista dos aspectos sócio-culturais e sócio económicos. Na parte do investimento privado nem sequer manifestaram esse vosso laivo liberal e neo-liberal. Não senhora Dr.^a diga, há desemprego no nosso concelho porque não há investimento privado. Eu vou terminar porque de facto há sorrisos e manifestações que não correspondem de todo à verdade e não sabem o que dizem.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Duas ou três considerações muito rápidas. Em relação a um princípio que é incontornável e que é um adágio popular muito conhecido “não se fazem omeleta sem ovos” nunca ninguém conseguiu contornar este princípio. Quer o município de Lousada quer todos os municípios deste país têm que repetidamente utilizar todo o engenho e arte para poderem fazer face à crescente e permanente exigência dos nossos concidadãos. E nesse contexto, esta forma deste tipo de abordagem em termos de impostos é aquela que todos os anos vamos aqui repetidamente esgrimindo argumentos. Eu sei que um dia, o Carlos Nunes se estiver aqui deste lado cá, vai fazer aquela proposta peregrina que eu há pouco ouvi, que é de distribuir aqueles catorze milhões pelas Juntas de Freguesia. Senhores presidentes, estejam aqui um dia para cobrar esta promessa porque de facto vamos vê-la concretizada, estou convicto disso. Sabemos bem que não. E quando nos cumpre gerir e diz muito bem estes dezasseis ou dezassete milhões que referiu prolongaram-se por oito ou dez anos, se olharmos para isso não corresponde provavelmente a metade do orçamento deste ano da Câmara. Qual é a abordagem deste tipo de imposto no município de Lousada? Eu tive o cuidado de dizer isto na última reunião de Câmara, se de facto houve município que fizeram aquelas actualizações das matrizes e tudo de uma forma compulsiva, e aconteceu aqui, nós fomos sempre benevolentes com os nossos concidadãos. A Câmara de Lousada entendeu sempre que havia um conjunto muito significativo de concidadãos nossos que provavelmente não deveriam ser penalizados com uma medida destas, não olhamos para isto numa perspectiva meramente economicista. Fomos gerindo sempre as receitas com parcimónia, com cuidado, e posso-lhe dizer quando há pouco dizia e muito bem, a Câmara tem que lançar este imposto por causa do sufoco financeiro. Eu lançava o repto aqui às autarquias da região para fazermos uma comparação para ver quem está no sufoco financeiro, não me importava de fazer essa comparação, porque provavelmente iríamos ver quem são os tais bons gestores em relação a

estas matérias. Não vou por aí porque acho que não é justo mas deixo esta consideração. Quando refere que nós apesar de termos este recurso financeiro que como referiu o João, é fundamental para as Câmaras terem algumas receitas, mas esta é daquelas que tem minimamente alguma segurança, diria que tem sido feita aplicação consentânea. Quando refere a rede viária, nós temos uma rede viária que estamos a recuperar, fruto dos investimentos que fizemos em infra-estruturas básicas, estamos a fazê-las paulatinamente, temos feito intervenções tremendas e vamos continuar para que a rede viária municipal tenha a dignidade que merece. É óbvio que aqui e acolá nesse contexto as coisas terão de ser abordadas com algum cuidado. Quando refere equipamentos, direi que temos procurado ter essa racionalidade, temos procurado por exemplo dotar os centros escolares de todos os equipamentos desportivos que permitam fazer a dupla função servir a escola e servir a comunidade, só em pavilhões desportivos esperamos que até meio do próximo ano haja dezasseis em todo o concelho. Acaba por ser um desempenho interessantíssimo para quem para cá veio não tinha rigorosamente nada. Em relação às infra-estruturas básicas, pedimos meças a toda a gente aqui da região. Nessas matérias temos bem aplicados os dinheiros, eles são conseqüentemente aplicados, temos aqui e acolá situações de menor desempenho, menos conseguidas mas direi que nesse contexto não temos de pedir meças a ninguém em termos da gestão dos dinheiros públicos. Penso que apesar de tudo esta medida que normalmente é aquela que as Câmaras têm para levar a cabo os seus projectos e a sua resposta às necessidades dos nossos concidadãos. Penso que no caso de Lousada além de haver parcimónia há um bom desempenho e uma disponibilidade tremenda para adequadamente e pertinentemente aplicar bem este dinheiro. Não me parece que haja nada em desabono que mantenhamos este postura com algum cuidado de cobrarmos as receitas que nos são minimamente capazes de cobrar.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da fixação das taxas de zero vírgula sete por cento para prédios urbanos e rústicos e zero vírgula quatro por cento para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, conforme estabelecido nas alíneas b) e c), do nº 1 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por trinta e quatro votos a favor, 11 contra dos seguintes membros: Joaquim José Bessa, Carlos Manuel Nunes, José Augusto Campos de Barros, Claudia Patrícia Lousada, Ricardo Jorge Oliveira, Virgínia Luzia Monteiro, Jorge Filipe Peixoto, Manuel Campos Neto, Jorge Manuel Neto, António Filipe Barbosa, Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira e duas

abstenções dos seguintes membros: Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares e João Edgar Ferreira Avelino, presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Jorge Simão Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo e António Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei. -----

----- Eram vinte e três horas e quarenta e dois minutos quando se ausentou definitivamente o seguinte membro: António Filipe Barbosa -----

----- OITAVO PONTO - Locação financeira para aquisição de 6 autocarros para transportes escolares – Autorização para a sua contratação e repartição de encargos orçamentais em mais de um ano económico -----

----- Intervenção do Sr.^a Virgínia Monteiro do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal e demais elementos que compõem a Mesa, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, senhora e senhores presidentes de Junta, excelentíssimo público. A coligação “Lousada Viva” há muito que vem denunciando a falta de segurança e má qualidade de transportes escolares no nosso concelho, por isso, iremos votar favoravelmente esta proposta. Entendemos que apesar de estarmos a aprovar mais um empréstimo a longo prazo, isto é, dez anos, é um investimento essencial e que terá como retorno o lucro social. No entanto importa uma vez mais referir que o nosso concelho tem necessidade de uma rede de transporte interna, sobretudo, uma rede de transporte das freguesias mais distantes para a vila de Lousada. Por isso propomos que se optimize os novos autocarros e se crie nos intervalos dos transportes escolares uma rede de transporte que possibilite aos lousadenses que vivem mais distantes da vila a terem transporte público, concordarão comigo que só desta forma será possível maximizar e rentabilizar este investimento, servindo assim toda a população» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Nós decidimos adquirir estes autocarros essencialmente para resolver o problema do transporte escolar que estava a pesar imenso nas contas camarárias. Pagamos cerca de um milhão de euros por anos em termos de transportes. O investimento que vamos fazer neste leasing é de cerca de um milhão, e vamos projectá-lo em dez anos. As contas não são difíceis de fazer, provavelmente a mais-valia que vamos ter neste processo é grande. A economia que vamos ter neste

processo é grande por um lado, por outro lado, temos a garantia porque são autocarros novos, da marca e da qualidade que têm, provavelmente em termos de manutenção não teremos problemas durante estes oito, dez anos. É também nesse contexto no que se prende com a segurança e a qualidade um factor a ter em conta. Não obstante, esta situação não vai resolver o problema dos transportes escolares, vai também ser possível depois de um regulamento que será oportunamente elaborado, vai permitir também em particular as escolas possam utilizar estes autocarros para as suas actividades curriculares e extracurriculares. Portanto já aqui nesta área teremos uma resposta significativa, talvez única na região, por outro lado, vamos também possibilitar que as várias instituições do concelho possam utilizar este serviço, nomeadamente, ao fim-de-semana que é aquele que será mais exequível, para que também aqui, possamos dar um contributo significativo a um conjunto de actividades das várias instituições concelhias, e investindo, na nossa perspectiva, num caso único a nível regional. Portanto acho que neste contexto poderá eventualmente haver aqui uma nuance em termos de transporte de munícipes no âmbito destas carreiras, poderá. Nós temos é que, em primeira mão, privilegiar efectivamente a parte escolar. Há meia dúzia de anos a nossa associação de municípios procurou encontrar uma solução conjunta para resolver este problema dos transportes públicos a nível regional, foram feitos vários estudos, várias abordagens e de facto acabou por se verificar que não era de todo exequível. Só para dar nota disto, apesar de como lhe referi, se tal se manifestar capaz de podermos concretizar, não vejo problema em podermos aqui ou acolá dar apoio aos nossos concidadãos mais distantes.»

----- De seguida foi posta à votação proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, autorização para contratar a locação financeira para aquisição de seis autocarros para transportes escolares ao Barclays Bank, PLC, com uma renda mensal de 10733,46 pelo prazo de dez anos, bem como a repartição de encargos orçamentais em mais de um ano económico, atendendo ao preconizado nos nºs 1,2 e 6 do art.º 22º do decreto-lei nº 197/99 de 08 de Junho”.-----

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- NONO PONTO - Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIM-TS; -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Regimento da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa para cumprimento do nº 2 do art.º 42º do seu Regimento. -----

----- DÉCIMO PONTO - Documentos Previsionais do ano de 2010 da CIM-TS. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento das Opções de Plano e Orçamento da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e do Sousa, conforme estipula o nº 2 do art.º 29º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público. -----

----- Eram vinte e três horas e cinquenta e dois minutos quando se ausentou definitivamente os seguintes membros: Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira e Jorge Manuel Neto. -----

----- Faltou à sessão o seguinte membro: José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- Não têm direito à senha de presença porque não esteve presente em pelo menos cinquenta por cento do tempo total da sessão o seguinte membro: Dora Manuela Rocha. -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apensa a esta acta e que foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- Eram vinte e três horas e cinquenta e seis minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA